



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

e-mail: ans@esoterica.pt



Nº: 06/2000

Data: 12 MAI 00

COMUNICADO

A CURTA DISTÂNCIA ENTRE OS "GRUPOS DE TRABALHO" E OS BOATOS NO "BARALHO"

A experiência já nos ensinou que é condição fértil para o surgimento de boatos, nomeadamente na sensível área dos vencimentos, a existência dos chamados "grupos de trabalho" para estudo desta ou daquela matéria.

Mais uma vez a regra se aplica e constatamos que a simples reactivação, na esfera do EMGFA, do famigerado "grupo de trabalho" do sistema retributivo, tendo por finalidade, entre outras, o estudo da aplicabilidade das recentemente aprovadas alterações ao sistema retributivo da GNR, aos militares das FFAA, bem assim como a fundamentação para um possível aumento do Suplemento de Condição Militar (SCM), logo gerou um raro clima de criatividade a nível de previsões e soluções, que culminam agora com o tradicional boato que aponta para a efectiva solução do problema e a sua concretização, em termos de pagamentos, já para o final do mês de Maio.

Em termos práticos, o boato que agora começa a correr, assume como decisão do MDN e consequente aplicação imediata na prática, aquilo que de momento não passa dum consenso entre os ramos, no que concerne à justeza da aplicação às FFAA das tabelas recentemente aprovadas para a GNR, nomeadamente nos postos de 2SAR, 1SAR e SAJ, bem assim como ao desejo expresso, desde há mais de um ano, pelo CEMGFA, de aumentar o SCM para 20%.

Convém, pois, não embandeirar em arco, porque o que até agora se conseguiu, a nível das chefias, foi apenas um consenso entre os ramos, no que diz respeito a estes dois pontos e uma pretensa disponibilidade por parte do MDN, que se desconhece se é compartilhada pelos responsáveis pelas finanças.

Mas pegando neste "fait-diver", e extrapolando para outras áreas que têm a ver com a legitimidade ou não dos trabalhos e propostas deste ditos "grupos de trabalho", há pelo menos dois aspectos que importa realçar.

Já o temos afirmado, por diversas vezes, que a legitimidade que atribuímos a estes grupos, para tratarem de matérias que têm a ver com a questão salarial dos militares, é pouca ou nenhuma, e isto porque a sua génese, composição e métodos de trabalho os confinam àquilo que as chefias, por um lado, pensam do assunto, e por outro à visão necessariamente classista, elitista e parcial que advém do facto de serem apenas compostos por oficiais do quadro permanente (e quase exclusivamente com origem nas Academias) o que não abona um certo sentido de heterogeneidade, antes pelo contrário, desagua numa solução perigosamente homogénea, ao analisar assuntos que afectam uma diversidade importante de pessoal, e que por conseguinte seria legítimo poder contar também com as suas sensibilidades e perspectivas do problema.

Toda e qualquer solução gerada neste contexto é passível de pecar por ausência de equidade de oportunidades de expressão de opinião, que salvo melhor apreciação, não são matéria exclusiva dos oficiais para tal nomeados, pondo assim de parte não só o ponto de vista das outras classes como

também importantes contributos que estas poderiam dar, numa perspectiva de diversidade de aproximações a um problema tão controverso, como são os vencimentos e a aplicação de uma política socialmente correcta e funcionalmente justa.

Para além destas considerações, é também oportuno acrescentar que paralelamente a estes dois pontos, referentes à equiparação com a GNR e ao aumento do SCM, outros se incluem no espectro de atribuições deste "grupo de trabalho", os quais reflectem bem o tipo de preocupações maiores que dominam estas reuniões - a saber, a atribuição do "Suplemento de Comando" (SC) e a política de aplicabilidade das famosas "Despesas de Representação" (DR), essas sim, de grande importância para o universo dos militares em causa.

Se o SC parece ser de mais fácil aplicação, já as DR se tornaram num quebra-cabeças nas infundáveis discussões inter-ramos, pois tendo começado a ser pensadas atribuir a todos os Oficiais Generais, já resvalaram quase até aos postos de Tenente-coronel ou mesmo Major, segundo a perspectiva de alguns ramos.

É certo que quanto a isto, muito haveria a dizer, pois se é pouca a preocupação em estudar uma grelha salarial mais justa e mais compensadora, já energia e engenho não faltam quando se trata de fabricar benesses para a classe dirigente, como se comparativamente ela não estivesse já distanciada das outras de forma bem evidente, sem que isto invalide, contudo, o facto de se considerar que os vencimentos dos militares se encontram há muito desvalorizados, na sua globalidade, relativamente a outras classes de referência, a todos os níveis da administração pública. Mas isso é outra conversa!

No que respeita a estes emolumentos que agora se pretendem criar, para premiar quem comanda e dirige os homens que executam as missões e nelas se esgotam, oferece-se-nos apenas referir, por agora, que as consideramos basicamente injustas, porquanto para premiar a responsabilidade e autoridade de quem dirige, já o actual sistema esticou os índices dos postos mais elevados de tal maneira, que escandaloso seria agravar ainda mais estas diferenças com suplementos e prémios de duvidosa justiça. Basta comparar os leques em cada uma das classes, que agora se acha por bem designar por categorias. Vá-se lá saber porquê!?

A enveredarmos por este tipo de soluções, justificar-se-iam então, ainda mais, as intersecções de vencimentos entre as diversas classes, sem os actuais pruridos de susceptibilidades no campo da funcionalidade, da hierarquia e da autoridade. E então muito mais haveria a dizer sobre o assunto, mas para bom entendedor meia palavra basta.

Sem alongar demasiado este nosso comentário, gostaríamos, por um lado de alertar todos os nossos camaradas para o não fundamento dos boatos actualmente a circular e por outro, chamar à razão de quem de direito para o facto de mais uma vez se estar a tentar decidir nesta matéria sem os contributos essenciais dos militares em geral.

Por último, gostaríamos de expressar a nossa séria convicção de que não é nem responsável, nem justo enveredar por esta política de subsídios que apenas alargam o fosso já existente e vão criar clivagens cada vez mais perigosas na coesão que tanto gostamos de esgrimir. Qualquer dia o sentido da hierarquia passa a ser medido pelo peso dos subsídios em desfavor da autoridade, da responsabilidade e da competência de cada posto!...

Sejamos ao menos sensatos!

Lisboa, 12 de Maio de 2000
A Direcção